
A cobertura e os discursos sobre intolerância religiosa do Diário da Região/BA¹

Ana Luísa da Rocha SÁ²
Marcus Vinicius Gomes de JESUS³
Céres SANTOS⁴
Márcia Guena dos SANTOS⁵
Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, BA

RESUMO

Este artigo traz parte dos resultados da pesquisa O discurso jornalístico sobre as religiões de matriz africana: uma comparação entre duas décadas: 1991 a 1995 e 2016 a 2018, e faz uma análise de matérias publicadas no jornal Diário da Região, de Juazeiro/Bahia, que abordam a temática religiões de matriz africana, particularmente, os casos de intolerância religiosa. A escolha do tema decorre do crescimento vertiginoso dos casos de intolerância religiosa em todo o país. O trabalho foi desenvolvido a partir de três referenciais metodológicos: Agenda *Setting*, pesquisa quanti qualitativa, Mapeamento Sistemático (MS) e Análise Crítica do Discurso. Foram analisadas as edições semanais do jornal Diário da Região, nos períodos de 1991 a 1995 e 2016 a 2018. Assim, reunimos todos os textos que pautaram a temática. Elencamos também, de forma secundária, aqueles que faziam alguma referência à temáticas correlatas.

Palavras-chave: Candomblé; intolerância; religiosa; discursos; silêncio.

Introdução

Para desenvolvermos este artigo⁶ optamos por dividi-lo em três etapas: na primeira, realizamos uma breve reflexão sobre intolerância às religiões e grupos de seguidores das religiões de matriz africana e apresentamos os marcos teóricos metodológicos da pesquisa quanti-qualitativa e da Análise Crítica do Discurso e Agenda

¹ Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo do XXI Congresso de Ciências da Comunicação nacional, realizado de 02 de maio a 7 de setembro de 2019.

² Estudante de Graduação 4º do Curso de Jornalismo da DCH-UNEB, e-mail: ana_lrocha@hotmail.com

³ Estudante de Graduação 4º do Curso de Jornalismo da DCH-UNEB, e-mail: gomes.marcus.j@gmail.com

⁴ Discente do Curso de Doutorado Interinstitucional (Dinter) entre o Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade de São Paulo (PPGCOM/USP) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Jornalista e docente no curso de Jornalismo em Mídias da UNEB. E-mail: ceresantos3@gmail.com

⁵ Orientadora do trabalho. Professora Dr. do Curso de Jornalismo da DCH-UNEB, e-mail: marciaguena@gmail.com

⁶ Este artigo faz parte dos estudos da pesquisa “O discurso jornalístico sobre as religiões de matriz africana: uma comparação entre duas décadas: 1991 a 1995 e 2016 a 2018”, que tem como coordenadoras as docentes Márcia Guena dos Santos e Céres Santos, implantado no curso de Jornalismo do Departamento de Ciências Humanas, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus de Juazeiro, e compreende o jornal Diário da Região do município de Juazeiro/Ba.

Setting. Na segunda etapa, fazemos o histórico do jornal pesquisado. Na terceira etapa, apresentamos os dados apurados, as análises desses materiais e as nossas considerações finais.

Desde a chegada ao Brasil de negros/as africanos/as na condição de escravizados/as, esse grupo foi alvo de práticas racistas típicas do processo colonial, utilizadas como mecanismos de exercício de poder e dominação. Uma das áreas atacadas, ainda hoje, é a da religiosidade. As religiões de matriz africana, assim como a maioria das manifestações culturais negras, são negativadas e estereotipadas. Um dos primeiros ataques se deu ainda nas senzalas. Caetano (2016) ressalta que nas senzalas, foram jogados/as africanos/as de diversos países, etnias e línguas com a intenção de evitar qualquer aproximação afetiva ou cultural. Uma ação típica de desumanização.

Essa estratégia, no entanto, promoveu algo novo. Nesse espaço adverso a vida humana foi onde ocorreu o que se denominou de sincretismo religioso entre as religiões de matriz africana e a católica. Esse fenômeno, segundo Caetano (2016), operou como “um mecanismo de resistência para a continuidade das manifestações tendo como referências as tradições das religiões de matrizes africanas”. Essa nova religião para Caetano (2016, p.11, 13) é, também, um hibridismo religioso, já que “resultou em outra religião, o Candomblé, compreendido como capital cultural (segundo Bourdieu) das populações negras brasileiras” (IBIDEM).

As práticas colonialistas de exclusão racial, como a que negou a condição humana aos/as escravizados/as, apesar das denúncias, ainda está presente nas mídias. Para Araújo e Acioly (2016, p.573) ainda no século “XX os jornais A Tarde e Diário de Notícias tiveram posições de participação no processo de incentivo das perseguições aos cultos afros, por noticiar e incentivar, com frequência, as perseguições policiais aos terreiros de Candomblé na Bahia”.

Nesse contexto, o racismo religioso passou a ser chamado de intolerância religiosa, que, segundo Oliveira, (s/a, p. 240) está associado às intolerâncias política, cultural, racial e sexual e se manifesta em espaços públicos e privados e variam de violências sutis até a atos extremados de ódio. Sendo assim, a intolerância configura-se como uma das formas de opressão individual ou coletiva. No caso do racismo religioso, às religiões de matriz africana e seus/as seguidores/as. Ataíde (2017) ressalta que ele opera para desclassificar pessoas que têm concepções de mundo diferentes do modelo eurocêntrico.

Neste cenário adverso, os meios de comunicação tornaram-se espaços de discursos refratários ao Candomblé, invisibilizando, inclusive, o registro de um crescimento no número de casos de denúncias de intolerância religiosa, mesmo sendo essa prática considerada crime, desde 2007. Em 13 de junho de 2018, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), divulgou dados do balanço das denúncias de intolerância religiosa registrados em 2018, pelo Disque 100 (Disque Direitos Humanos): 506 casos. No *ranking* nacional, a Bahia aparece em 5º lugar, com 24 casos, mesmo número de Pernambuco. Em primeiro, estava o Rio Grande do Norte com 191 casos, seguido por São Paulo, 61, e Rio de Janeiro, 61. As religiões mais perseguidas são a Umbanda e Candomblé.

Segundo projeção do IBGE, para 2018, Juazeiro teria uma população de 215 mil habitantes, sendo 73% formada por pretos e pardos, denominada como população negra. Apesar de não existir uma cartografia da quantidade de terreiros de Candomblé, a coordenadora local da Associação Nacional Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (Acbantú), Ioná Pereira da Silva, estima que a cidade tenha mais de 50 terreiros de Candomblé (MARQUES E NOVAES, 2015, p. 288). Na cidade também há registros de intolerância religiosa. Um dos mais graves foram às agressões contra o Ilê Abasy de Oiá Gnan, dirigido pela Yalorixá Adelaide Santos, 67 anos, localizado, há 44 anos, no bairro do Quidé - o de maior concentração de habitantes negros/as e de número de terreiros - foi invadido, apedrejado e teve parte do seu acervo destruído.

Marco Teórico Metodológico

Neste estudo recorreremos à pesquisa quanti qualitativa, ao Mapeamento Sistemático (MS) e a Análise Crítica do Discurso (ACD). De acordo com Diehl (2004) a pesquisa quantitativa contribui para quantificar dados, informações. Ela pode ser associada a técnicas estatísticas, evitando assim, possíveis distorções de análise ou de interpretação. Já a pesquisa qualitativa segundo Diehl (2004), contribui para a descrição de um determinado problema. Sendo assim, requer compreensão e classificação dos processos dinâmicos.

Observa-se que este método de pesquisa é distinto do quantitativo, pois não faz nenhuma medição, mas interpreta dos dados aferidos. Para o levantamento dos dados desse artigo, utilizamos o MS que, segundo Falbo (2018), contribui para identificar, analisar e interpretar evidências disponíveis e relacionadas a um conjunto específico de

questões de uma pesquisa. O MS envolve três fases após a definição do tema e objetivos da pesquisa: o primeiro estágio da MS compreende a busca e coleta de matérias na *internet*. No caso dessa pesquisa, o *site* do jornal Diário da Região.

A consulta pode se dar a partir da criação de palavras-chaves (*strings*) pré-definidas. Já na segunda etapa do MS faz-se uma filtragem do *corpus*, que consiste na seleção dos textos identificados a partir dos objetivos definidos para a pesquisa. Por último Falbo (2018) informa que os resultados apurados são apresentados por meio de ferramentas a exemplo de planilhas, tabelas, gráficos, pizza ou bolhas.

No caso desta pesquisa, após definirmos o tema, o jornal e o período desse levantamento (de 1991 a 1995 e 2016 a 2018), pesquisamos nas versões impressa e digital (2016 a 2018) para localizarmos os textos publicados nas edições semanais do jornal Diário da Região, como matérias, artigos, editoriais e reportagens que tratavam sobre as religiões de matriz africana, particularmente, de intolerância religiosa, e assuntos relacionados à cultura negra, para, em outro momento realizar a Análise Crítica do Discurso.

Já na pesquisa na versão *on-line* do jornal, nos anos de 2016 a 2018, recorremos ao Mapeamento Sistemático (MS). Na primeira etapa usamos as seguintes palavras chaves (*strings*): mãe de santo, pai de santo, Candomblé, intolerância religiosa, Umbanda e racismo. Em seguida, iniciamos a segunda fase que consistiu na filtragem dos resultados apresentados, recorrendo a critérios pré-definidos; anotamos os títulos, as editoriais e fotografamos todo o material encontrado. Superada essa fase, iniciamos a terceira e última etapa: a de colocar em quatro tabelas todos os dados levantados. Em seguida, descrevemos o conteúdo dos textos e realizamos a ACD tendo como referência os pressupostos da Agenda *Setting*.

Também utilizamos nesse artigo a proposta de Análise Crítica do Discurso (ACD) de Teun Van Dijk (2015) porque um dos seus pressupostos é contribuir nas pesquisas que analisam a manutenção ou não de práticas/discursos excludentes nos mídia, sejam elas de ordem racial ou de gênero, por exemplo, para então, enfrentá-lo. Ou seja, a ACD é um método de pesquisas que se efetiva na práxis. Para Dijk (2015) a aplicação da ACD pode evidenciar o exercício do poder e do abuso do poder e, também, pode instigar um ativismo social para a superação de práticas racistas, por exemplo, em uma redação ou veículo de comunicação.

Afora isso, como ressalta Dijk (2015), com raras exceções os mídias não são usados para cumprir seu papel social, o de levar informação aos/as cidadão/cidadãs, mas, e principalmente, como meio primordial de veiculação de ideias e de exercício de poder e, pior, de abuso de poder, de alguns segmentos sociais, que ele denomina ‘elites simbólicas’.

E uma das formas desse poder se efetivar é através da propagação de determinados discursos, construídos e atualizados através da história pelos processos colonizadores, muitos responsáveis pela manutenção de estereótipos e representações negativas. No caso do racismo, que recorre a escrita e a fala, Dijk (2015, p. 135) destaca que “essas representações mentais do racismo são tipicamente expressas, formuladas, defendidas e legitimadas no discurso e podem ser assim reproduzidas e compartilhadas dentro do grupo dominante”. Ao reforçar a ideia de discurso midiático associado ao poder, que recorre, muitas vezes, a persuasão e a manipulação Dijk (2015, p. 118) conclui que “aqueles grupos que controlam o discurso mais influente também possuem mais chances de controlar as mentes e as ações de outros”.

Agenda *Setting*

Para relacionar os dados apurados com práticas do jornalismo sobre rotinas produtivas da notícia, utilizamos a Agenda *Setting*, a partir dos pressupostos de Mauro Wolf (1999). Ele traçou a evolução da Teoria da Agenda *Setting* descrevendo suas etapas e expondo os resultados das principais pesquisas que corroboram na teoria, como uma pesquisa realizada na campanha eleitoral de 1972, nos Estados Unidos da América. Esse trabalho mostrou que alguns assuntos expostos ao público pelos meios de comunicação tiveram influência direta do agendamento (Wolf, 1999, p. 63-64). Para o autor, essa proposta faz parte de um conjunto de novas tendências que transformaram a área da pesquisa comunicacional transcendendo a discussão ideológica. Segundo Wolf (SHAW, 1979, p. 96 apud WOLF, 1999, p. 62), a teoria da Agenda *Setting* defende que a ação midiática define o que o público vai discutir:

em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os mass media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. (SHAW, 1979, p. 96 apud WOLF, 1999, p. 62)

É importante dizer que essa teoria de agendamento não defende que a mídia induz a audiência, mas que ela fornece somente aquilo que julga importante ser discutido (SHAW, 1979, p. 96 apud WOLF, 1999, p. 62, apud).

Cenário histórico: dois *impeachments* e ameaça a democracia

O cenário político nacional de 1991 a 1995 é resultado das eleições presidenciais de 1989 que elegeram como presidente Fernando Collor de Mello, nas primeiras eleições diretas no país, com 35 milhões de votos (42,7%). Seu adversário, Luiz Inácio da Silva (Lula), obteve 31,1 milhões (37,9%). Nesse período (1991 a 1995) o Brasil vive uma fase de disputa pelas instituições democráticas, já que o fim ditadura militar (1964-1985) completara sete anos em 1992 e faria 10 em 1995. Esse foi um período também de consolidação e de estabelecimentos de regulamentações para a recém promulgada Constituição Federal (1988), com forte caráter democrático, resultado das pressões dos grupos e movimentos sociais que tiveram forte atuação durante a Assembleia Constituinte.

O Brasil acabava de atravessar um pedido de *impeachment* do desastroso governo de Fernando de Collor de Mello (1990-1992), com grandes movimentos de estudantes nas ruas de todo o país, ‘os caras pintadas’, pedindo a queda do presidente. Collor renunciou no final de 1992, antes que o processo de *impeachment* fosse consumado, tornando-se inelegível por oito anos e Itamar Franco assume a presidência. O novo mandatário organizou um plebiscito para definir o regime político do Brasil: Monarquia ou República, saindo vitoriosa a segunda opção. Na economia, uma mudança marcante foi a implementação do Plano Real, um projeto do Ministro da Fazenda, o então senador Fernando Henrique Cardoso (FHC), que viria a ser o próximo presidente da República. Esta certamente foi uma medida importante para a conquista da presidência por FHC. “Em 1994 Fernando Henrique Cardoso é eleito presidente (54,3%), derrotando Lula (27%). A soma dos votos brancos e nulos supera todos os outros candidatos”, (DCHNET, 2019). Em 1995, Fernando Henrique Cardoso reconhece a morte e desaparecimento de presos políticos em razão da participação em atividades políticas entre 1961 e 1979 e, em 1995, o Ministério da Justiça cria a Comissão de Mortos e Desaparecidos.

Já o período que abrange os anos de 2016 a 2018 no Brasil é marcado por uma grande crise política, tendo no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff o seu ponto de

maior conflito e ruptura dos propósitos democráticos, e ascensão de grupos políticos conservadores, alguns de ultradireita. Também é importante mencionar o papel central que teve a Operação Lava Jato nesse processo e, em conjunção com diversas forças políticas, na alteração da organização das forças políticas, com a prisão de importantes nomes da cena política nacional, culminando na controversa prisão do ex-presidente Lula.

Na opinião do pesquisador Wanderley Guilherme dos Santos (2017, p.35) tratou-se de um golpe: “a coincidência de que os golpes de 1964 e de 2016 constituem também clara reação dos conservadores à participação popular na vida pública e rejeição ativa de políticas de acentuado conteúdo social. (...). O denominador comum entre os golpistas dos anos 1950 e 1960 e os de 2016 é a rejeição ao progresso econômico e social das classes vulneráveis”. Em 31 de agosto de 2016, Dilma foi cassada. O ano de 2017 foi marcado por acirrada disputa eleitoral, em que o presidente Lula, mesmo preso, lançou-se como candidato abdicando, posteriormente, a candidatura em nome de Fernando Haddad. A eleição, ao final, ficou polarizada entre Haddad e Bolsonaro. Esse venceu no segundo turno com 55,13% dos votos válidos (TSE, 2018) com um discurso conservador, contrário aos interesses dos movimentos sociais e com desrespeito às manifestações populares e ligado às religiões cristãs.

Esse cenário se configura uma grande ameaça às religiões de matriz africana que tem sofrido ataques de diversas origens, inclusive, de manifestações do próprio presidente e do *staff* do Governo Federal. Observa-se que enquanto o período que vai de 1991 a 1995 representou grandes conquistas legais na esfera dos Direitos Humanos, o outro período analisado - 2016 a 2018 - representa um retrocesso, com a perda e ameaças de retirada de direitos importantes da sociedade civil e de trabalhadores, a exemplo da extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos após a posse de Michel Temer, em 2016. Ele foi recriado em 2017 com o nome de Ministério dos Direitos Humanos, portanto, reduzindo a importância das discussões racial e de gênero. A pasta foi transformada em Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, tendo por titular a advogada evangélica Damarens Alves, com uma visão conservadora de família e uma incompreensão sobre as temáticas raciais, gênero e sexualidade.

Histórico do Jornal Diário da Região

O jornal Diário da Região foi fundado em 23 de dezembro de 1972, pelo médico, ex-vereador de Juazeiro, Paganini Nobre Mota, e chamava-se Tribuna do Povo. Na época, a circulação era quinzenal. Em 1972, o jornal semanal trocou de nome para Jornal de Juazeiro para atender pedidos da população que queria um jornal com o nome da cidade⁷. Ao ser regionalizado, em 1976, passou a circular duas vezes na semana pelas cidades localizadas no entorno de Juazeiro e, novamente, teve outra mudança no nome: abaixo do nome Jornal de Juazeiro foi colocado Diário da Região. Na época, o jornal circulava alternadamente dia sim, dia não. Ao completar 15 anos, em 1987, o Jornal de Juazeiro passou a se chamar Diário da Região e sua distribuição era dia sim dia não. Até 1976 o Jornal de Juazeiro foi impresso na Gráfica Gothebe. Depois passou ser rodado na gráfica própria do Diário da Região, que existe até hoje.

Segundo Silva Jr, Cardoso e Santos (2011, p.4) a maioria das notícias veiculadas no semanário Diário da Região eram de política, com informações sobre as ações de vereador de Juazeiro; do cotidiano e fatos policiais informados de forma sensacionalista, com fotos de vítimas, o que resultou na denominação de ser um “celeiro de misérias”. A área de economia também era pautada no Diário da Região e as matérias, prioritariamente, tratavam a respeito dos investimentos dos governos no município e na região do vale do São Francisco. Desde 1972 o jornal passou por diversas mudanças tanto na estética quanto nas editoriais. Desde o ano de 2000, o jornal passou a ter uma edição *on-line*. No ano de 2019, o jornal completa 47 anos de atividade. Atualmente, sua linha editorial é conservadora e a redação é composta por seis jornalistas.

⁷ Parte das informações foram extraídas de uma entrevista de Marcus Gomes, ocorrida dia 28 de junho de 2019, com o fundador do jornal Diário da Região, Paganini Nobre Mota, e seu filho, Paganini Nobre Mota Jr.

Apresentação dos dados da pesquisa

DIÁRIO DA REGIÃO

TABELA 1 - Quantidade de matérias e editorias de 1991 a 1995

Ano	Quant. De matéria	Data	Editoria
1991	1	25/04	Artigo
1992	1	17/7	Destaque nacional
1993	0		
1994	0		
1995	1	14/02	Cultura
Total	3		

Fonte: Dados da pesquisa

TABELA 2 - Quantidade de matérias e editorias de 2016 a 2018

Ano	Quant. De matéria	Data	Editoria
2016	1	08/03	Entretenimento
2017	2	25 a 26/8 e 21 a 23/9	Agenda cultural
2018	2	3/3 e 7/11	Notícia
Total	5		

Fonte: Dados da pesquisa

TABELA 3 – Tamanho das matérias de 1991 a 1995

Ano	Tamanho da página	Tamanho da notícia na página do jornal	Porcentagem da notícia em relação ao tamanho do jornal %	Título da Notícia
1991	147 cm ²	0,43 cm ²	23,64	“Sincretismo religioso”
1992	147 cm ²	0,3 cm ²	2,61	“Pai de Santo teria agido em Goiás”
1995	147 cm ²	7,2 cm ²	48,91	“Os deuses afro-baianos”

Fonte: Dados da Pesquisa

TABELA 4 – Tamanho das matérias de 2016 a 2018

Ano	Tamanho da página	Tamanho da notícia na página do jornal	Porcentagem da notícia em relação ao tamanho do jornal %	Título da Notícia
2016	108 cm ²	44 cm ²	40,74	Juazeiro recebe a circulação do espetáculo de dança Raimundos neste fim de semana
2017	108 cm ²	10 cm ²	11,11	O curso “Introdução a Umbanda Sagrada
	108 cm ²	12 cm ²	18,51	A mesa redonda Direitos Humanos, abordando a diversidade religiosa, cultural e o racismo
2018	108 cm ²	25 cm ²	23,15	Cristina Costa comanda sessão especial no 8 de março
	108 cm ²	55 cm ²	50,93	Mês da Consciência Negra terá programação especial no município

Fonte: Dados da Pesquisa

Descrição das matérias

As informações apresentadas nas tabelas 1 e 2 são os resultados da pesquisa no Diário da Região. Na Tabela 1, referente aos anos de 1991 a 1995, foram localizados três textos, em um período de cinco anos: um artigo tratando sobre sincretismo religioso especialmente, sobre o Candomblé, uma notícia na editoria destaque nacional e um artigo na área de cultura.

A primeira publicação, um artigo, saiu na edição de 5 de setembro de 1991 e cujo título é: *Sincretismo Religioso*. O texto dispõe sobre o uso imagens católicas altares de terreiros de Candomblé e como as pessoas recorrem a esses espaços para desfazer alguma carga negativa ou enviar a outra, como ato de vingança ou inveja. Na abertura o texto é o seguinte: “É impressionante a mesclagem de imagens que ornamentam um altar de CAMDOMBLÉ. [...] cada qual representando uma força oculta e uma esperança, invocadas nos rituais tradicionais do sincretismo religioso, que buscam invalidar ou proteger as pessoas sujeitas ao malefício da baixa feitiçaria”.

O segundo texto foi publicado na edição de 17 de julho de 1992 ganhou o título em letras maiúsculas: “*Pai-de-santo teria agido em Goiás*”. O conteúdo trata da morte de duas crianças, Evandro Ramos Caetano, de sete anos, na cidade Guaratuba (PR), e de Michael Mendes, 4 anos, em abril de 1989 em Goiânia (GO). Segundo a matéria Evandro teria morrido em um terreiro de Candomblé liderado por Osvaldo Macineiro, e Michel, teria sido sacrificado durante um ritual de magia negra. O texto traz uma entrevista com a esposa de Osvaldo, que informou que o mesmo já havia trabalhado em Curitiba, São Paulo, Belo Horizonte e Goiânia.

A terceira publicação saiu no dia 14 de fevereiro de 1995. É um artigo que tem o seguinte título: “*Os deuses afro-baianos*”. Destacamos o seguinte trecho desta matéria:

“Os deuses afro-baianos sempre foram pra mim um mistério muito grande. E confesso que tinha medo, pois via no culto a essas entidades, uma homenagem ao demônio. Eu cresci e passei ver com respeito e até com simpatia essa manifestação cultural, que é um símbolo da resistência dos negros, que quando vieram trazidos como escravos, para não ver morrer suas tradições, mesclarem com a cultura católica seus deuses e ritos e assim surgiu o sincretismo religioso, que na Bahia tem seu ponto culminante. Resolvi, então, nesta página de cultura, transcrever para os leitores as informações sobre Ogum, Xangô, Exu, Yansã, Yemanjá e Oxalá”.

Já no período de 2016 a 2018 localizamos cinco textos. A única matéria veiculada no ano de 2016 foi no dia 8 de Março e trata da montagem de uma homenagem aos 50 anos de carreira de Mestre King, um dos criadores da dança afro-

brasileira, inspirada na dança dos Orixás do Candomblé. A publicação traz a descrição do espetáculo e uma entrevista com o coreógrafo responsável pela homenagem, Bruno de Jesus.

As duas publicações do ano de 2017 são anúncios na folha da Agenda Cultural do veículo: a primeira é sobre um curso de Umbanda e foi veiculada na edição de 27 de agosto: “*O curso Introdução a Umbanda Sagrada – 1ª aula acontecerá neste sábado, 26 de agosto, às 17h, no Templo de Umbanda Universalista Pai Cachoeira? no Bairro Maria Auxiliadora, em Petrolina/PE*”. O segundo anúncio, saiu dia de 21 de setembro de 2017 fala de um evento com mesas redondas, sendo que uma delas trata do combate à intolerância religiosa.

Já em 2018 foram encontradas duas notícias, uma veiculada no primeiro semestre do ano, na edição de 9 de março de 2018, cujo título foi: “*Cristina Costa comanda a sessão especial no 8 de março*”, a matéria faz referência a uma sessão realizada na Câmara dos Vereadores de Petrolina na qual a vereadora faz referências às mulheres de Candomblé. A outra publicação é do dia 7 de novembro de 2018 e trata da programação do Novembro Negro, seu título é: “*Mês da Consciência Negra terá programação especial no município*” e trata das atividades naquele, que visam fortalecer a identidade do povo negro, o combate ao racismo e a intolerância religiosa e dar visibilidade aos povos de terreiros.

Análise Crítica do Discurso

A partir do título do artigo *Sincretismo Religioso*, esperávamos que esse fosse o tema a ser tratado no artigo. No entanto, apenas o primeiro parágrafo faz referência à junção dos elementos da Igreja Católica à religião de matriz africana. No entanto, o artigo discorre sobre o uso negativo do Candomblé, para malefícios, bruxaria e feitiçaria, reforçando estereótipos. Além disso, o texto compara o Candomblé como uma casa de comércio: “É preciso muito dinheiro para compra de materiais”, diz o texto que ainda contém outros ataques ao Candomblé, reforçando o que diz Van Dijk (2015), sobre o poder e abuso de poder dos meios de comunicação, reproduzindo o racismo, a discriminação racial que as pessoas negras sofrem. Acreditamos que essa problemática está na formação dos profissionais de comunicação

Na notícia “*Pai-de-santo teria agido em Goiás*”, o título além de mal redigido faz referência a suspeita de crimes cometidos pelo pai de santo Osvaldo Macineiro e o

texto, associa o crime às práticas de magia negra no Candomblé, sem nenhuma fundamentação reforçando, novamente, racismo ao transferir a responsabilidade das mortes do suspeito para o Candomblé.

Já o artigo “*Deuses afro-baianos*”, o autor demonstra sua resistência, preconceito e certa admiração ao Candomblé quando afirma “os deuses afro-baianos sempre foram *pra* mim um mistério muito grande. E confesso que tinha medo, pois via no culto a essas entidades, uma homenagem ao demônio”. Em seguida, ele muda de discurso e afirma: “Eu *cresci* e passei ver com respeito e até com simpatia essa manifestação cultural, que é um símbolo da resistência dos negros [...] Mas os autênticos resistem e fazem de suas manifestações culturais e religiosas seu ato de fé”. Para evidenciar essa admiração ele descreve os perfis de alguns Orixás, como Ogum, Xangô, Exu, Yansã, Yemanjá e Oxalá. Ressaltam nesta matéria, vários conteúdos discursivos e, certo teor de confissão, que vai do medo ao preconceito na infância, a ligação do Candomblé com o ‘demônio’ e ao crescer, o entendimento mais coerente sobre a religião.

Já a única matéria de 2016, trata de um espetáculo em homenagem aos 50 anos de carreira de coreógrafo de dança afro-brasileira Mestre King, produzido por Bruno de Jesus. E seu conteúdo informativo não reproduz estereótipos, nem racismo.

Um dos anúncios localizado era a divulgação de um curso de Umbanda, o que demonstra que o jornal está dando alguma abertura para temas associados a religiões de matrizes africanas. O anúncio de uma mesa redonda que aborda a temática dos Direitos Humanos, diversidade religiosa e racismo mostra uma flexibilidade na postura do jornal e a mudança do discurso intolerante.

Os dois textos publicados em 2017 são anúncios, informes sobre cursos e atividades relacionadas a cultura e religião negras, sem nenhum caráter opinativo. Já as duas notícias da edição de 9 de março de 2018, cita o pronunciamento de uma vereadora, positivando as ações das mulheres, incluindo as mulheres ligadas a terreiros. A outra, de 7 de novembro de 2018, não tem nenhum caráter opinativo, apenas anuncia a programação referente ao mês da consciência negra. Observamos que a programação não serviu de pauta para que o jornal fizesse alguma matéria, o que pode ser analisado com uma, ainda, resistência à produção cultural negra.

Considerações Finais

Os textos encontrados no jornal Diário da Região durante os dois períodos estudados mostram, inicialmente, que o assunto foi bastante silenciado, o que entendemos não apenas como desinteresse em acompanhar a agenda das políticas públicas criadas ao longo das décadas de 80 e 90 de defesa das religiões de matriz africana. Mas uma ação proposital de exclusão. Afinal, a pesquisa localizou um volume inexpressivo de matérias: em oito anos de pesquisa (de 1991 a 1995 e de 2016 a 2018) de 2016 a 2018 identificamos apenas oito publicações.

Observamos que nos primeiros anos analisados o conteúdo discursivo dos textos era de intolerância religiosa. A partir de 1995 notamos uma leve mudança discursiva, marcada, por exemplo, pelo conteúdo do texto ‘deuses afro-baianos’. Entretanto, na segunda etapa, de 2016 a 2018, houve uma profusão de eventos relacionados às religiões de matriz africana, alguns de caráter bastante positivo e outros negativos, como os vários casos de violência a terreiros de Juazeiro/BA, sem que o jornal produzisse alguma matéria.

Quando buscamos entender os dados apurados, recorrendo a teoria da Agenda *Setting*, podemos refletir sobre o não agendamento do jornal Diário da Região das questões religiosas e culturais ligadas a população negra. Dessa forma, entendemos que a invisibilidade, o silenciamento ou as notícias com conteúdo racista é uma opção editorial desse veículo de comunicação, já que constatamos que nos períodos analisados foram veiculadas informações de outros segmentos religiosos.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, V. A. B. de; ACIOLY, A. C. Intolerância Contra Afro-religiosos: Conhecendo o candomblé dentro da sala de aula. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA, 17., 2016. Guarabira. Anais... Guarabira: ANPUH, 2016. p. 568 – 577. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/index.php/xviiieeh/xviiieeh/paper/viewFile/3362/2695>> Acesso em: 01 jul. de 2019.

ATAÍDE, M. A. de. Diversidade cultural e intolerância religiosa: uma afronta aos direitos humanos, uma questão de educação. jan./jun. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/momento/article/download/7105/5005>> Acesso em: 12 abr. de 2019.

CAETANO, C. A. As religiões de matrizes africanas como fenômeno de hibridação de culturas em Salvador, Bahia. Disponível em: <http://www.simposio.abhr.org.br/resources/anais/6/1464217348_ARQUIVO_ArtigoCarlosAlbertoCaetano.pdf>. Acesso em: 22 de jun de 2019.

DCHNET. Linha do tempo dos direitos humanos no Brasil. Disponível em: <
http://www.dhnet.org.br/tempo/tempo_br.htm>. Acesso em: 20 mai. de 2019.

DIEHL, A. A. Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FALBO, R. de A. Mapeamento Sistemático. V. 01. Disponível em: <
https://inf.ufes.br/~falbo/files/MP/TP/Sobre_MS.pdf>. Acesso em: 04 abr. de 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sidra, 2010. Disponível em: <
<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2093>>. Acesso em: 5 mai. de 2019.

JESUS, M. V. G. de; SÁ, A. L. da R.; SANTOS, C.; SANTOS, M. G. dos. Intolerância religiosa contra os Terreiros de Candomblé nos jornais O Diário da Região e A Notícia do Vale, de Juazeiro/BA. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE –, 21., 2019. São Luís. Anais... São Luís: Intercom, 2019. p. 1 - 15. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nordeste2019/resumos/R67-0845-1.pdf>>. Acesso em: 27 jun. de 2019.

MARQUES, J.; NOVAES, J. Candomblé e umbanda no sertão: cartografia social dos terreiros de Petrolina/PE e Juazeiro/BA. Paulo Afonso/BA: Editora da SABEH, 2015.

OLIVEIRA, A. M. de. Pluralismo, Tolerância e/ou Intolerância Religiosa: o relacionamento dos espíritas kardecistas com os adeptos das religiões afrobrasileiras. Net, Serra Tralhada, PE, outubro. 2007. Portal das Ciências Brasileiras. Disponível em: Acesso em: 11 abr. de 2019.

OLIVEIRA, A. M. de. Preconceito, estigma e intolerância Religiosa: a prática da tolerância em Sociedades plurais e em estados multiculturais. Portal de Periódicos UFPE. Disponível em: <
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235387>> Acesso em: 11 abr. de 2019.

REGIÃO, Diário. Disponível em: <<https://www.odiariodaregiao.com/>>. Acesso em: 4 jun. de 2019.

SANTOS, W. A Democracia impedida. O Brasil no século XXI. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. Disponível em:
<<http://gen.lib.rus.ec/book/index.php?md5=EF116BA6AC631071F9F6458E5D92BE86#>> .
Acesso em: 5 jun. de 2019.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. Eleições 2018: Justiça Eleitoral conclui totalização dos votos do segundo turno. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Outubro/eleicoes-2018-justica-eleitoral-conclui-totalizacao-dos-votos-do-segundo-turno>>. Acesso em: 1 jun. de 2019.

VAN DIJK. T. A. Discurso e Poder. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

WOLF, M. Teorias da Comunicação. 5ª ed. Lisboa: Presença, 1999.